

Ditadura Militar, geografia e MPB: uma proposta voltada ao ensino

Rui Ribeiro de Campos*

Resumo

Este artigo pretende ser uma proposta para o ensino, pelos professores de Geografia, do período da ditadura militar no Brasil, principalmente entre os anos 1968 e 1979. Caracteriza a época, principalmente do chamado *Milagre Brasileiro*, coloca dados sobre as conseqüências do período para a Geografia e inclui letras da Música Popular Brasileira (MPB) como forma de um auxílio pedagógico no desenvolvimento da compreensão e da análise crítica pelos alunos. Muitos dos atuais problemas espaciais e sociais brasileiros tiveram origem naquele período e, para entendê-los e propor mudanças adequadas, há necessidade de estudar fatos e mudanças que ocorreram naquele tempo.

Palavras-chave: Ditadura Militar brasileira, geografia, letras de MPB, ensino médio, recursos didáticos para o ensino de Geografia

* Graduado em Geografia, Mestre em Educação pela PUC-Campinas, Doutor em Geografia pela UNESP - Rio Claro e professor de Epistemologia da Geografia, Pensamento Geográfico Brasileiro e Geografia Política, na Faculdade de Geografia da PUC-Campinas. R. Boaventura do Amaral, 204. CEP 13026-055, Campinas-SP (ruicampos@puc-campinas.edu.br).

Military Dictatorship, geography and popular brazilian music: a proposal for teaching

Abstract

This article intends to be a proposal for Geography teachers concerning the military dictatorship in Brazil, mainly between 1968 and 1979. It defines this age, mainly the period called *Brazilian miracle*, including informations about the consequences of this time for Geography and contain lyrics from Brazilian Popular Music (MPB), using it as a pedagogical resource in the development of the understanding and the critical analysis from the pupils. Many of the current demographic and social issues in Brazil had its origin during that period and, in order to understand them and to suggest the proper changes, it calls for learning facts and modifications that occurred at that epoch.

Key words: Brazilian military dictatorship, geography, MPB lyrics, high school, didactic resources for teaching geography.

A deposição do presidente constitucional em 1º de abril de 1964 foi, entre diversas razões, para eliminar os obstáculos que dificultavam uma maior inserção do país na órbita internacional. Houve uma redefinição do papel do Estado, alterou-se o padrão de dependência, o capital monopolista passou a predominar no processo produtivo, os padrões de comportamento e de consumo foram modificados para adequá-los ao novo modelo industrial que se pretendia implantar, a população foi alijada das esferas de decisão, os sindicatos mais combativos foram castrados de suas lideranças e a instrução escolar sofreu uma reorientação ideológica devendo, principalmente, qualificar para o trabalho.

O país se aliou claramente à potência que liderava o bloco capitalista e sua política externa permaneceu dependente da mesma; ocorreu também a "*homogeneização tática e ideológica das Forças Armadas*" (ANDRADE, 1989, p. 47). A

tecnoburocracia estatal foi fortalecida e esta procurava dominar o país, tomando medidas sempre em nome de uma *racionalidade objetiva*, técnica. A elevação desta racionalidade ao grau de verdade absoluta acabou por excluir o contrato social, a legítima legalidade jurídica e, sem esses componentes, desembocou-se no autoritarismo. Nos vinte anos de governo militar, o papel do Estado foi modificado pois o *sistema capitalista* não se implanta com as mesmas características, mesmo em países dependentes, pois carrega em seu bojo as contradições, as características diversas, da realidade de cada país.

Tentou-se, em um primeiro momento, um modelo de racionalização mais clássico e ortodoxo, com o aumento da eficiência e a redução do peso do Estado, criação de instituições capitalistas modernas [...], e a internacionalização da economia. Se estas foram as linhas principais dos primeiros anos de regime militar, elas foram substituídas depois por outras mais ajustadas a tradições do Estado brasileiro: crescimento do setor público, lançamento de grandes projetos e programas sociais ambiciosos, como o da padronização e generalização da previdência social e a erradicação do analfabetismo através do Mobral" (SCHWARTZMAN, 1987, p. 19).

E, dada a história brasileira como espaço complementar das economias centrais, não possuía um passado ideal que pudesse servir de guia. Talvez, por isso, a necessidade de se apelar para um *futuro grandioso*, pois ele é algo a vir, aberto, otimista. Todavia, para o poder, ele só poderia ser alcançado com ordem: sem ordem não há progresso, diz o lema positivista e a bandeira nacional. Modernizado, este lema foi alterado para *desenvolvimento com segurança*.

O primeiro governo militar (Castelo Branco, de 1964-1967) procurou *modernizar* o Estado e combater a inflação, usando como armas, entre outras, a diminuição dos gastos públicos e o arrocho salarial. Essa política provocou um aprofundamento da crise, levou muitas pequenas e médias empresas à falência, aumentou a

ociosidade das que permaneceram e oligopolizou diversos setores produtivos. Os reflexos negativos desta política antiinflacionária e de readequação da economia ao capitalismo internacional provocaram protestos. O segundo presidente (Costa e Silva, de 1967-1969) tentou corrigir estes reflexos negativos, mas não conseguiu. E, já doente, assinou, em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que deu plenos poderes à Presidência da República e suspendeu as garantias individuais de todos os cidadãos. Com ele, o governo, pela força e pela censura, obteve o controle da situação para implantar o seu projeto.

O período do terceiro presidente militar (Garrastazu Médici, de 1969-1974) ficou conhecido como *Milagre Brasileiro*, por causa das elevadas taxas de crescimento econômico, ou como *anos de chumbo*, devido à intensa repressão. É principalmente do período após 1967, até a época da Anistia, da revogação do decreto 477, da recriação da UNE, das greves do ABC (1979), que se pretende caracterizar neste artigo, relacionando as letras de algumas canções da Música Popular Brasileira (MPB), principalmente as que melhor caracterizam este período como resistência à opressão. O que aqui se rotula de MPB é a música de massa gravada por empresas e divulgada pelos meios de comunicação, como um produto da indústria cultural. Pretende-se, também, caracterizar um pouco o que ocorreu com a ciência geográfica. O conteúdo básico é o período militar em seus anos mais repressivos e as letras de músicas são colocadas como um auxílio pedagógico no desenvolvimento da compreensão e da análise crítica. Muitos dos atuais problemas espaciais e sociais brasileiros tiveram origem neste período e, para entendê-los e propor mudanças adequadas, há necessidade de estudar o período.

O Movimento Tropicalista, que surgiu neste período, possuía em seu disco manifesto letras significativas do ponto de vista deste estudo, como o caso de *Miserere Nobis*, feita em 1968, a música que abria o disco. Esta letra fazia referências às pessoas que mudaram sua visão, que já não estavam quietas, que desejavam para a maioria dias diferentes, de maior abundância, mas isso podia

significar mudança de estrutura, que viria com sangue. Por isso, e também em razão da censura, terminaram a letra com sons que associavam Brasil, fuzil e canhão.

MISERERE NOBIS (Gilberto Gil/Capinam)

Miserere-re nobis/Ora, ora pro nobis/ É no sempre será, ô, iaiá/ É no sempre, sempre serão.

Já não somos como na chegada/Calados e magros, esperando o jantar/ Na borda do prato se limita a janta/ As espinhas do peixe de volta pro mar.

Miserere-re nobis/Ora, ora pro nobis/ É no sempre será, ô, iaiá/ É no sempre, sempre serão.

Tomara que um dia de um dia seja/ Para todos e sempre a mesma cerveja/ Tomara que um dia de um dia não/ Para todos e sempre metade do pão.

Tomara que um dia de um dia seja/ Que seja de linho a toalha da mesa/ Tomara que um dia de um dia não/ Na mesa da gente tem banana e feijão.

Miserere-re nobis/Ora, ora pro nobis/ É no sempre será, ô, iaiá/ É no sempre, sempre serão.

Já não somos como na chegada/ O Sol já é claro nas águas quietas do mangue/ Derramemos vinho no linho da mesa/ Molhada de vinho e manchada de sangue.

Miserere-re nobis/Ora, ora pro nobis/ É no sempre será, ô, iaiá/ É no sempre, sempre serão.

Bê, rê, a – Bra / Zê, i, lê – zil/ Fê, u – fu/ Zê, i, lê – zil/ Cê, a – ca/ Nê, agá, a, o, til – ão

Ora pro nobis.

Ainda em 1968, ocorreu a morte pela polícia do estudante Edson Luís Lima Souto, no Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. A preparação de uma passeata de protesto contra as precárias condições de higiene e o mau funcionamento do restaurante, foi a causa da invasão do estabelecimento por tropas de choque da Polícia Militar, e que resultou na morte do estudante, de 18 anos, assassinado com um tiro de pistola pelo tenente que comandava o Batalhão Motorizado da PM. Um outro estudante, de 20 anos, ficou em estado gravíssimo. Um porteiro do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que passava perto do

Calabouço, também tombou morto. Um cidadão que assistia, da janela de seu escritório, ao ataque policial, recebeu um tiro na boca. Os policiais ainda depredaram o restaurante após a fuzilaria e a chacina.

Os estudantes foram surpreendidos com a invasão policial, tendo os soldados disparado rajadas de metralhadoras. Logo depois, o tenente sacou sua arma e efetuou disparos, um dos quais atingiu Edson Luís. Morto, o corpo foi levado por seus colegas para o saguão da Assembléia Legislativa, onde se formou uma fila de populares para velar o corpo, em meio a violentos discursos de vários líderes políticos. Houve greve geral em diversas faculdades do Rio de Janeiro e em outras cidades. O Congresso Nacional e a Assembléia Legislativa da Guanabara decretaram luto. Alguns teatros suspenderam suas apresentações em solidariedade.

Sobre este fato, Sérgio Ricardo gravou uma composição sua em 1973. O ano explica a linguagem de fresta da letra.

CALABOUÇO (Sérgio Ricardo)

Olho aberto, ouvido atento/ E a cabeça no lugar/ Do canto da boca
escorre/ Metade do meu cantar/ Eis o lixo do meu canto/ Que é permitido
escutar/ Fala/ Olha o vazio nas almas/ Olha um violeiro de alma vazia
Cerradas portas do mundo/ Cala boca moço/ E decepada a canção/ Cala
boca moço/ Metade com sete chaves/ Cala boca moço/ Nas grades do
meu porão/ Cala boca moço/ A outra se grangrenando/ Cala boca moço/
Na chaga do meu refrão/ Cala boca moço/ Cale o peito cala o beijo/
Calabouço, calabouço/
Olha o vazio nas almas/ Olha um violeiro de alma vazia/ Mulata mula
mulambo/ Milícia morte mourão/ Onde amarro a meia espera/ Cercado de
assombração/ Seu meio corpo apoiado/ Na muleta da canção/ Fala/ Olha o
vazio nas almas/ Olha um violeiro de alma vazia
Meia dor meia alegria/ Cala boca moço/ Nem rosa nem flor botão/ Cala
boca moço/ Meio pavor meia euforia/ Cala boca moço/ Meia cama meio
caixão/ Cala boca moço/ da cana caiana eu canto/ Cala boca moço/ Só o
bagaço da canção/ Cala boca moço/ Cala o peito cala o beijo/ Calabouço,
calabouço/ Olha o vazio nas almas/ Olha um violeiro de alma vazia.

As paredes de um inseto/ Me vestem como um cabide/ E na lama de seu corpo/ Vou por onde ele decide/ Metade se esverdeando/ No limbo do meu revide/ Fala/ Olha o vazio nas almas/ Olha um violeiro de alma vazia/ Quem canta traz um motivo/ Cala boca moço/ Que se explica no cantar/ Cala boca moço/ Meu canto é filho de Aquiles/ Cala boca moço/ Também tem seu calcanhar/ Cala boca moço/ Por isso o verso é a bÍlis/ Cala boca moço/ Do que eu queria explicar/ Cala boca moço/ Cala o peito cala o beÍço/ Calabouço calabouço/ Olha o vazio nas almas/ Olha um violeiro de alma vazia.

No III Festival Internacional da Canção (FIC), realizado em 1968, Tom Jobim e Chico Buarque participaram e ganharam a fase nacional com a música *Sabiá*; a exibição no dia da final desta música foi soterrada pelas vaías do público que preferia a de VandrÉ: *Caminhando* ou *Para não dizer que não falei das flores*. Esta era de engajamento explícito e pouca gente percebeu, na época, que *Sabiá* era uma premonição do exÍlio, uma canção do “exÍlio interno”. *Caminhando* saiu em compacto simples de Geraldo VandrÉ, ainda em 1968; de um lado com a gravação em estúdio e no outro, com a gravação ao vivo de sua exibição no III FIC. Acabou sendo um hino mais fácil de ser cantado e de ser entendido.

CAMINHANDO ou PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES (Geraldo VandrÉ)

Caminhando e cantando e seguindo a canção./ Somos todos iguais, braços dados ou não./ Nas escolas, nas ruas, campos, construções./ Caminhando e cantando e seguindo a canção ...

Vem, vamos embora, que esperar não é saber./ Quem sabe faz a hora, não espera acontecer ...

Pelos campos, a fome, em grandes plantações./ Pelas ruas, marchando, indecisos cordões./ Ainda fazem da flor seu mais forte refrão./ E acreditam nas flores vencendo o canhão ...

Vem, vamos embora, que esperar não é saber./ Quem sabe faz a hora, não espera acontecer ...

Há soldados armados, amados ou não,/ Quase todos perdidos, de armas na mão,/ Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição,/ De morrer pela pátria e viver sem razão ...
Vem, vamos embora, que esperar não é saber,/ Quem sabe faz a hora, não espera acontecer ...
Nas escolas, nas ruas, campos, construções,/ Somos todos soldados, armados ou não,/ Caminhando e cantando e seguindo a canção,/ Somos todos iguais, braços dados ou não./ Os amores na mente, as flores no chão,/ A certeza na frente, a história na mão,/ Caminhando e cantando e seguindo a canção,/ Aprendendo e ensinado uma nova lição!
Vem, vamos embora, que esperar não é saber,/ Quem sabe faz a hora, não espera acontecer ...

Sabiá foi defendida no festival por Cynara e Cybele; posteriormente teve diversas gravações. Ao trabalhar esta letra, o professor deve lembrar do poema de Gonçalves Dias (1823-1864): *Canção do Exílio*; lembrar que esta música fazia referências a um *exílio interno*, a de ser exilado morando no mesmo país.

SABIÁ (Tom Jobim/Chico Buarque)

Vou voltar/ Sei que ainda vou voltar/ Para o meu lugar/ Foi lá e é ainda lá/
Que eu hei de ouvir cantar/ Uma sabiá.
Vou voltar/ Sei que ainda vou voltar/ Vou deitar à sombra/ De uma palmeira/
Que já não há/ Colher a flor/ Que já não dá/ E algum amor/
Talvez possa espantar/ As noites que eu não queria/ E anunciar o dia
Vou voltar/ Sei que ainda vou voltar/ Não vai ser em vão/ Que fiz tantos planos/
De me enganar/ Como fiz enganos/ De me encontrar/ Como fiz estradas/
De me perder/ Fiz de tudo e nada/ De te esquecer
Vou voltar/ Sei que ainda vou voltar/ Para o meu lugar/ Foi lá e é ainda lá/
Que eu hei de ouvir cantar/ Uma sabiá.

Anterior à gravação de *Calabouço*, já tendo algumas músicas proibidas no Brasil, Sérgio Ricardo fez uma letra em 1968, que foi premiada no Festival da Bulgária; foi *Aleluia*, na qual falou de Ernesto Che Guevara, de sua presença nas pessoas após sua morte, de sua ideologia que permaneceu. Esperava ver a América

Latina ainda cantando o que ele pregava. Esta música saiu em compacto simples por uma pequena gravadora e, pelo jeito, foi uma forma de burlar a censura. Mas depois, este compacto foi apreendido e retirado das lojas.

ALELUIA (Sérgio Ricardo)

Che Guevara não morreu/ Não, não morreu, Aleluia! (bis)/ Aleluia, aleluia, aleluia, aleluia.

Che, eu creio no teu canto/ Como um manto em minha dor/ E que todo desencanto/ Seja ressuscitador/ Vejo o mundo dividido/ Contemplando o reviver/ Da esperança que morria/ No silêncio do teu ser

Che Guevara não morreu/ Não, não morreu, Aleluia! (bis)/ Aleluia, aleluia, aleluia, aleluia.

Che, eu creio seja eterna/ Esta rosa agreste e branca/ Brotada no teu sorriso/ Que nem mesmo a morte arranca/ E que siga em tua estrada/ Outro irmão com tua mão/ Com teu fuzil retomado/ Com teu risco e decisão

Che Guevara não morreu/ Não, não morreu, Aleluia! (bis)/ Aleluia, aleluia, aleluia, aleluia.

Che, eu creio em tua volta/ Sem dar muita explicação/ Como a folha vai no vento/ Como a chuva no Sertão/ Ouço a América cantando/ Novamente o canto teu/ Espalhando pelos campos/ A morte que não se deu

Che Guevara não morreu/ Não, não morreu, Aleluia! (bis)/ Aleluia, aleluia, aleluia, aleluia.

A situação estava tão tensa e isto também provocava gestos fascistas dos que pouco se importavam com a vida das pessoas, se isso fosse importante para o fim que pretendiam. Foi, por exemplo, o caso PARASAR, planejado por militares da direita brasileira, como ficou conhecido um ataque planejado em 1968. O atentado só não foi finalizado devido à recusa do comandante do grupo. Com o auxílio do PARASAR (grupo de elite da Aeronáutica, com militares treinados para salvamento em locais de difícil acesso, na selva ou no mar), o brigadeiro João Paulo Burnier, chefe do gabinete do ministro da Aeronáutica, planejou explodir o

gasômetro no Rio de Janeiro. “A ação provocaria a morte de milhares de pessoas. Além da explosão de gasômetros, ocorreria a destruição de instalações de força e luz, causando pânico na população que atribuiria o atentado aos comunistas” (<http://www.dci.ufscar.br/recortes/cparasar.htm>, 2006).

Segundo o brigadeiro Burnier, “o atentado seria necessário para ‘salvar o Brasil do comunismo’, instigando o ódio da população contra os ‘subversivos’, que levariam a culpa pelas mortes”. (apud CHIAVENATO, 1994, p.124, in: *Ibidem*) Ou seja, seria uma justificativa para endurecer o regime. Soube-se, mais tarde, que o plano incluía a morte de personalidades político-militares; entre elas estavam Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Carlos Lacerda e Dom Hélder. “A execução aconteceria no momento em que as agitações estudantis estavam mais intensas e perturbavam a ordem pública” (*Ibidem*).

O Plano não deu certo porque um capitão-aviador, Sérgio Miranda de Carvalho, ameaçou denunciá-lo, caso o brigadeiro o prosseguisse; chegou a convencer diversos membros do grupo a não participarem da ação. O capitão Sérgio foi afastado da Aeronáutica, em 1969, foi punido por traição com base no AI-5, desmentido pelos elementos que diziam ser os formuladores desta proposta e ainda acusado de “louco”. A verdade só foi mais bem esclarecida em 1978 (quando se voltou a tocar no assunto), com o depoimento do brigadeiro Eduardo Gomes, em defesa do capitão Sérgio.

Somente bem mais tarde, após a anistia, foi que obteve o seu retorno oficial à Aeronáutica. Em 1989 ocorreu uma homenagem em letra de canção; esta apareceu em 1994 no disco *Reverendo Amigos*, de Joyce, no qual consta a gravação dela e de Chico Buarque de uma composição de Joyce e de Fernando Brant: *Capitão*.

CAPITÃO (Joyce/Fernando Brant)

Brasil/ Quem é que seria o dono da Amazônia?/ E por aqui quem viveria/
Se a Guanabara explodisse em gás e sangue/ Seria outra a nossa História.
Inda bem./ Quem ama a vida não vai ser agora matador/ Quem ama a
selva não vai ser agora lenhador/ Quem ama o índio não vai ser agora
caçador.

Brasil./ Teu capitão não aceita a ordem de matar/ Nosso capitão não
aceita quem quer te entregar/ O capitão não aceita a ordem da matança.

Inda bem./ Quem ama a vida prefere o ofício de salvar/ Quem ama a terra
prefere o ofício de sonhar/ Quem ama mesmo prefere o ofício de amar.

Brasil./ Teu capitão não aceita a ordem de matar/ Nosso capitão não
aceita quem quer te entregar/ O capitão não aceita a morte da esperança.

Inda bem./ Quem ama a vida prefere o ofício de salvar/ Quem ama a terra
prefere o ofício de sonhar/ Quem ama mesmo prefere o ofício de amar.

Brasil! Brasil! (seis vezes)

Do ponto de vista econômico, além das altas taxas de crescimento, caracterizaram o período do *Milagre*, a diminuição dos índices de inflação, a maior abertura ao capital estrangeiro (apesar da propaganda *nacionalista*), o aumento da concentração de renda e do endividamento externo. Entre os fatores que colaboraram para isso figuraram o comércio externo favorável (o capitalismo mundial estava em expansão), a capacidade ociosa de grande parte do setor industrial em razão da recessão anterior (o que possibilitou, no início, crescer sem importar bens de capital) e a existência de um governo autoritário que garantia um arrocho salarial, exceto para a classe média.

O *Milagre* ampliou a miséria no país¹, mas a manipulação publicitária garantiu o *otimismo*. O estímulo ao consumo em uma

¹ O aumento da miséria em pleno *milagre econômico* foi atestado por uma ampla pesquisa sobre a alimentação, realizada pelo IBGE, em 1974, intitulada Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF). As análises qualitativas tiveram sua divulgação proibida e os exemplares foram escondidos nos porões do IBGE. Constataram-se bóias-frias comendo folhas do cafezal, famílias ingerindo somente casca de batata cozida,

sociedade com renda concentrada provocou uma diferenciação dos modelos de bens de consumo, encurtando o período de obsolescência e a expansão da margem de endividamento das famílias em decorrência da ampliação do crédito ao consumidor. O êxodo rural mais intenso agravou a terciarização urbana e, no setor econômico secundário, houve um elevado crescimento das indústrias de bens de consumo duráveis e um aumento lento das de bens de produção. O atendimento na rede de saúde pública permaneceu precário e a legislação trabalhista e previdenciária sofreu modificações, visando adequá-la ao novo modelo imposto.

Chico Buarque, sob o pseudônimo de Julinho da Adelaide, fez em 1975 a letra de *Milagre Brasileiro*, que reflete bem a concentração de renda do período. Não foi gravada na época por causa da censura; anos depois, a cantora Miúcha a gravou.

MILAGRE BRASILEIRO (Julinho da Adelaide)

Cadê o meu?/ Cadê o meu, ó meu?/ Dizem que você se defendeu/ É o milagre brasileiro/ Quanto mais trabalho/ Menos vejo dinheiro/ É o verdadeiro boom/ Tu tá no bem bom/ Mas eu vivo sem nenhum
Cadê o meu?/ Cadê o meu, ó meu?/ Eu não falo pro despeito/ Mas, também, se eu fosse eu/ Quebrava o teu/ Cobrava o meu/ Direito.

utilizando o lixo como fonte de alimentação, comendo ratos, telhas, barro, carvão, sabão, miolo de xaxim, folhas de batata-doce, lavagem de porco, talos e folhas de abóbora ou de chuchu, minhocas e, no estado do Rio de Janeiro, “*uma pesquisadora ficou estarrecida quando viu duas crianças brigando pelas suas fezes*” (LESSA, 1985, p. 33). Durante o chamado milagre econômico, doenças como dengue, malária e meningite se tornaram epidêmicas. O caso da “*censura à meningite*” ficou famoso. Desde 1971, quando a doença se alastrou pela periferia das grandes cidades, as notícias permitidas sobre ela eram as que desmentiam sua disseminação e diziam que eram boatos espalhados por *agitadores*. Somente no inverno de 1974, quando houve um elevado aumento de casos e de mortes, instalando pânico em boa parte da população, admitiram a epidemia, mas nunca divulgaram com precisão o número de casos e de mortes.

No país em 1970, Chico Buarque fez barulho para não sumir e vivenciou a tortura, o desaparecimento de adversários do regime, o ufanismo que vigorava. Adesivos em automóveis eram ameaças a quem não estivesse afinado com o *Brasil Grande*: “*Ame-o ou deixe-o*” ou “*Ame-o ou morra*”, “*Este é um país que vai pra frente*” etc. Como reação, ele fez, em 1970, a música *Apesar de você*, certo de que a censura não deixaria passar; e ela passou. Começou a tocar nas rádios, fez rapidamente um grande sucesso, e então perceberam quem era aquele *você*. Em um interrogatório, ele disse: “*É uma mulher muito mandona, muito autoritária*”. (HOLLANDA, 1989, p. 130) Foi gravada em compacto simples (Philips, n.º. 365.315, 1970) e, após um mês do lançamento e milhares de cópias vendidas (aproximadamente 100 mil), foi proibida, as cópias recolhidas das lojas e, junto com o estoque da gravadora, quebradas. Além disso, o censor foi punido em razão de sua *incompetência*. Foi regravada em 1978, no LP *Chico Buarque*.

APESAR DE VOCÊ (Chico Buarque)

Hoje você é quem manda/ Falou, tá falado/ Não tem discussão/ A minha gente hoje anda/ Falando de lado/ E olhando pro chão, viu/ Você que inventou esse estado/ E inventou de inventar/ Toda a escuridão/ Você que inventou o pecado/ Esqueceu-se de inventar/ O perdão.

Apesar de você/ Amanhã há de ser/ Outro dia/ Eu pergunto a você/ Onde vai se esconder/ Da enorme euforia/ Como vai proibir/ Quando o galo insistir/ Em cantar/ Água nova brotando/ E a gente se amando/ Sem parar

Quando chegar o momento/ Esse meu sofrimento/ Vou cobrar com juro,
juro/ Todo esse amor reprimido/ esse grito contido/ Este samba no escuro/
Você que inventou a tristeza/ Ora, tenha a fineza/ de desinventar/ Você
vai pagar e é dobrado/ Cada lágrima rolada/ Nesse meu penar .
Apesar de você/ Amanhã há de ser/ Outro dia/ Indo pago pra ver/ O
jardim florescer/ Qual você não queria/ Você vai se amargar/ Vendo o dia
raiar/ Sem lhe pedir licença/ E eu vou morrer de rir/ Que esse dia há de
vir/ Antes do que você pensa
Apesar de você/ Amanhã há de ser/ Outro dia/ Você vai ter que ver/ A
manhã renascer/ E esbanjar poesia/ Como vai se explicar/ Vendo o céu
clarear/ De repente, impunemente/ Como vai abafar/ Nosso coro a cantar/
Na sua frente
Apesar de você/ Amanhã há de ser/ Outro dia? Você vai se dar mal/ Etc. e
tal

Em 1971, uma música feita por Chico para ser gravada por Mário Reis (1907-1981) foi toda vetada; era *Bolsa de Amores*, que aproveitava, com bom humor, a especulação financeira colocada em moda pelo *Milagre*, pelo ministro Delfim Neto, sob a alegação de que era um desrespeito à mulher brasileira. Permaneceu inédita até quando, bem mais tarde (1993), saiu um CD com as músicas que Mário Reis havia gravado no LP de 1971.

BOLSA DE AMORES (Chico Buarque)

Comprei na bolsa de amores/ As ações melhores/ Que encontrei por lá/
Ações de uma morena dessas/ Que dão lucro à beça/ Pra quem sabe/ E
pode jogar
Mas o mercado entrou em baixa/ Estou sem nada em caixa/ Já perdi meu
lote/ Minha morena me esquecendo/ Não deu dividendo/ Nem deixou
filhote
E eu que queria/ De coração/ Ganhar um dia/ Alguma bonificação/ Bem
me dizia/ Meu corretor/ A moça é fria/ É ordinária/ Ao portador

No mesmo ano, em 1971, saiu o LP *Construção*, de Chico Buarque. A censura também não percebeu a quem o compositor estava agradecendo quando viu a letra de *Deus lhe pague*.

DEUS LHE PAGUE (Chico Buarque)

Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir/ A certidão pra nascer e a concessão pra sorrir/ Por me deixar respirar, por me deixar existir/ Deus lhe pague.

Pelo prazer de chorar e pelo “estamos aí” / Pela piada no bar e o futebol pra aplaudir/ Um crime pra comentar e um samba pra distrair/ Deus lhe pague

Por essa praia, essa saia, pelas mulheres daqui/ O amor malfeito depressa, fazer a barba e partir/ Pelo domingo que é lindo, novela, missa e gíbi/ Deus lhe pague.

Pela cachaça de graça que a gente tem que engolir/ Pela fumaça, desgraça, que a gente tem que tossir/ Pelos andaimes, pingentes, que a gente tem que cair/ Deus lhe pague.

Por mais um dia, agonia, pra suportar e assistir/ Pelo rangido dos dentes, pela cidade a zunir/ E pelo grito demente que nos ajuda a fugir/ deus lhe pague.

Pela mulher carpideira pra nos louvar e cuspir/ E pelas moscas-bicheiras a nos beijar e cobrir/ E pela paz derradeira que enfim vai nos redimir/ deus lhe pague.

A letra a seguir foi feita por Chico e Gil, no clima de uma Sexta-feira Santa, para o show *Phono 73* (organizado pela gravadora Phonogram), em maio de 1973 na cidade de São Paulo. A censura proibiu a letra; os dois autores resolveram apenas cantar a melodia, usando somente o termo *cálice*. A Phonogram, temerosa das conseqüências, cortou o som dos microfones nos quais Chico podia cantar. Foi gravada somente em 1978, com Milton Nascimento e MPB4, quando já havia acabado a censura prévia. Prestar atenção nas rimas da primeira estrofe (labuta, escuta, *outra*, bruta).

CÁLICE (Gilberto Gil/Chico Buarque) 1973

Pai, afasta de mim esse cálice/ Pai, afasta de mim esse cálice/ Pai, afasta de mim esse cálice/ De vinho tinto de sangue.

Como beber dessa bebida amarga/ Tragar a dor, engolir a labuta/ mesmo calada a boca, resta o peito/ Silêncio na cidade não se escuta/ De que me vale ser filho da santa/ Melhor seria ser filho da outra/ Outra realidade menos morta/ tanta mentira, tanta força bruta.

Como é difícil acordar calado/ Se na calada da noite eu me dano/ Quero lançar um grito desumano/ Que é uma maneira de ser escutado/ Esse silêncio todo me atordoia/ Atordoado eu permaneço atento/ Na arquibancada pra a qualquer momento/ Ver emergir o monstro da lagoa.

De muito gorda a porca já não anda/ de muito usada a faca já não corta/ Como é difícil, pai, abrir a porta/ Essa palavra presa na garganta/ esse pileque homérico no mundo/ De que adianta ter boa vontade/ Mesmo calado o peito, resta a cuca/ Dos bêbados do centro da cidade.

Talvez o mundo não seja pequeno/ Nem seja a vida um fato consumado/ Quero inventar o meu próprio pecado/ Quero morrer do meu próprio veneno/ Quero perder de vez tua cabeça/ Minha cabeça perder teu juízo/ Quero cheirar fumaça de óleo diesel/ Me embriagar até que alguém me esqueça.

Em 1973, Milton Nascimento gravou o LP *Milagre dos Peixes* (selo Odeon); das 10 músicas, metade teve suas letras proibidas e elas foram substituídas por sons na voz do cantor. *Calabar*, a peça de Chico Buarque e Ruy Guerra, teve letras modificadas por causa da censura, e uma delas totalmente vetada (*Vence na vida quem diz sim*), inclusive a própria capa do LP. A própria peça acabou sendo proibida. Esta música foi gravada mais tarde, em 1980, pela cantora Nara Leão.

VENCE NA VIDA QUEM DIZ SIM (Chico Buarque/Ruy Guerra)

Se te dói o corpo/ Diz que sim/ Torcem mais um pouco/ Diz que sim/ Se te dão um soco/ Diz que sim/ Se te deixam louco/ Diz que sim/ Se te babam no cangote/ Mordem o decote/ Se te alisam com o chicote/ Olha bem pra mim/ Vence na vida quem diz sim/ Vence na vida quem diz sim.

Se te jogam lama/ Diz que sim/ Pra que tanto drama/ Diz que sim/ Te deitam na cama/ Diz que sim/ Se te criam fama/ Diz que sim/ Se te chamam vagabunda/ Montam na cacunda/ Se te largam moribunda/ Olha bem pra mim/ Vence na vida quem diz sim/ Vence na vida quem diz sim.
Se te cobrem de ouro/ Diz que sim/ Se te mandam embora/ Diz que sim/ Se te puxam o saco/ Diz que sim/ Se te xingam a raça/ Diz que sim/ Se te incham a barriga/ De feto e lombriga/ Nem por isso compra a briga/ Olha bem pra mim/ Vence na vida quem diz sim/ Vence na vida quem diz sim.

Após estes fatos, Chico Buarque tentou se utilizar de pseudônimos; daí que surgiu Julinho da Adelaide. Dele inventou uma biografia, deu entrevista em jornal (sem se identificar, é claro), no qual falou da exploração que era feita por seu irmão Leonel Paiva. Saiu até foto da mãe, a Adelaide, no jornal *Última Hora*. Em 1975, esta famosa mãe começou a fazer palavras cruzadas que foram enviadas ao *Jornal do Brasil*. Este mesmo jornal, neste mesmo ano, desmascarou o autor. A partir daí, a Polícia Federal passou a exigir a cópia dos documentos de todos os compositores.

Como sempre, Chico tinha que ir prestar esclarecimentos à Polícia; muitos policiais que iam apanhá-lo solicitavam autógrafos para as suas filhas. Dessa situação foi que ele fez a letra de *Jorge Maravilha*, também da safra de Julinho da Adelaide. Feita em 1974, sua primeira gravação foi a vivo, por Chico, no mesmo ano.

JORGE MARAVILHA (Julinho da Adelaide)

Há nada como um tempo/ Após um contratempo/ Pro meu coração/ E não vale a pena ficar/ Apenas ficar chorando, resmungando/ Até quando, não, não, não/ E como já dizia Jorge Maravilha/ Prenhe de razão/ Mais vale uma filha na mão/ Do que dois pais voando.
Você não gosta de mim/ Mas sua filha gosta/ Você não gosta de mim/ Mas sua filha gosta/ Ela gosta do tango, do dengo/ Do mengo, Domingo e de cócega/ Ela pega e me pisca, belisca/ Petisca, me arrisca e me enrosca/ Você não gosta de mim/ Mas sua filha gosta.

Há nada como um dia/ Após o outro dia/ Pro meu coração/ E não vale a pena ficar/ Apenas ficar chorando, resmungando/ Até quando, não, não, não/ E como já dizia Jorge Maravilha/ Prenhe de razão/ Mais vale uma filha na mão/ Do que dois pais sobrevoando.
Você não gosta de mim/ Mas sua filha gosta.

Principalmente após o AI-5, a educação escolar, mais que outrora, foi usada como um dos meios de controle social e de disseminação da ideologia do poder. Emissoras de rádio e de TV foram utilizadas para a transmissão de programas *educativos*, como o *Projeto João da Silva* (uma telenovela *educativa*), o Curso Supletivo do 2º Grau (pelo rádio), o *Projeto Logos* (para qualificação e habilitação do docente leigo de 2º grau), o *Projeto Minerva* (cinco horas semanais, nas emissoras de rádio, destinadas à complementação dos sistemas regulares de instrução e à “*educação continuada*”); chegou a ser chamado de Projeto *Me-enerva*) e o *Movimento Brasileiro de Alfabetização* (Mobral). Criado em 1967 e iniciado em 1970, o Mobral foi mais um fracasso das tentativas de reduzir as taxas de analfabetismo no país.

No ensino superior, o Estado vai forçar a universidade pública a produzir um saber a serviço do poder e, no obscurantismo que se seguiu, fazer com que a delação fosse um instrumento eficaz e que a defesa dos valores indispensáveis à cidadania fosse considerada subversão. A quantidade venceu a qualidade e a deterioração do pensar livre e crítico desejada para certos cursos, como os de licenciatura, foi conseguida. Desejava-se do sistema educacional uma melhor preparação para o trabalho, formando uma mão-de-obra com alguma habilidade técnica e disciplinada. Por isso, os governos militares, em seus planos de desenvolvimento, deram destaque ao setor educacional.

Os estrategistas da Revolução partem não apenas da reflexão de que um trabalhador alfabetizado é, em geral, mais produtivo do que um analfabeto [...] mas procuram também orientar a escola secundária, antes exclusivamente 'intelectualista', para o mundo do trabalho [...], profissionalizar paulatinamente o magistério [...], estimular

o desenvolvimento da ciência e da tecnologia [...], adaptar a universidade às necessidades da economia, etc. (BERGER, 1976, p. 214).

Necessidades educacionais eram entendidas como *necessidades de qualificação dos recursos humanos* que, superadas, nos levariam a sair do subdesenvolvimento, considerado como atraso, como etapa a ser ultrapassada, como um problema técnico.

A escola também deveria propagandar o projeto de integração nacional, mostrar a necessidade de se completar a ocupação do território nacional, sem protestar contra a concentração de renda e a centralização política. A burocracia estatal elaborava os projetos; o requinte técnico foi aperfeiçoado e o isolamento da gestão da questão pública foi ampliado. As decisões educacionais eram tomadas sigilosamente pelos *técnicos* ligados ao poder. Muitas destas medidas o movimento estudantil e os setores sociais mais democráticos conseguiram impedir. Todavia, após a derrota dos mesmos no final de 1968 (com o AI-5), ficou mais fácil a modernização autoritária.

Essa modernização foi realizada com a colaboração externa. Consumado o golpe de 1964, foram realizados acordos sigilosos entre o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID ou AID), uma agência vinculada ao Departamento de Estado dos E.E.U.U., dentro do esforço de difusão e dominação ideológicas. Os acordos **MEC-USAID** desenvolveram programas de ajuda financeira e de assessoria técnica na formulação da política educacional, utilizando-se para isso de *intermediários*, o que escondia a USAID, mas deixava patente que diversos setores internos aceitavam sua ação de doutrinação e de treinamento².

Estas colaborações externas possuíam, normalmente, entre seus objetivos, a criação de novos hábitos de consumo nas camadas

² Sobre os objetivos e os diversos acordos feitos, ver ROMANELLI, 1991, p. 210-213.

sociais médias e altas, integrando-as ao mercado de consumo de padrão externo, e a *melhora* da mão-de-obra de baixo nível, para adequá-la ao estágio industrial que se pretendia implantar. Quando essa *ajuda* vinha em forma de bolsas de estudo, poderia estar impondo uma concepção de ciência e um modelo de método de pesquisa, treinando conforme seus padrões tecnológicos e até favorecendo o *êxodo de cérebros*. No Brasil, acabaram por favorecer a importação de modelos de ensino que supervalorizavam as áreas tecnológicas (inclusive no curso superior), que isolavam cada disciplina de seu contexto social e que pretendiam dar maior rentabilidade quantitativa às instituições de ensino.

O Estado militar queria adequar o sistema de ensino ao modelo econômico adotado, mas não tinha intenções de financiar a ampliação do ensino superior, necessidade provocada pelo crescimento da demanda. Procurou, já em novembro de 1964, acabar com o movimento estudantil através da lei 4.464 (lei Suplicy de Lacerda, nome do ministro da Educação) que extinguiu a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as diversas União Estadual dos Estudantes (UEE), criando e controlando o Diretório Nacional dos Estudantes e os diretórios estaduais.

Mas a UNE resistiu clandestinamente, até a sua desarticulação no 30º Congresso, realizado em Ibiúna (SP) em outubro de 1968, quando 900 delegados estudantis foram presos. Depois, ela e o movimento estudantil perderam a sua força. Uma de suas lutas era pelo aumento do número de vagas no ensino público superior. Muitos alunos aprovados no vestibular não conseguiam ingressar na universidade pois as vagas não eram suficientes. O governo, para eliminar o problema sem resolvê-lo, realizou em novembro de 1968 a Reforma Universitária (lei 5.540), criando os exames vestibulares unificados e classificatórios. A reforma, que tomou como modelo "*a estrutura universitária norte-americana dos institutos centrais*" (BERGER, 1976, p. 179), extinguiu a cátedra, criou os departamentos, organizou a universidade em institutos, introduziu o sistema de créditos e o

ciclo básico, deu ênfase às carreiras tecnológicas e prioridade à pesquisa aplicada, castrou o papel político e científico do ensino superior e criou os cursos de licenciatura curta.

Enquanto isso, na região do Bico do Papagaio, na bacia do Araguaia, ocorriam preparações pelo PC do B (Partido Comunista do Brasil) para uma guerra de guerrilhas. Inspirada na guerrilha *vietcong*, este movimento de resistência ocorreu de 1967 a 1975. Em 1972 começaram as escaramuças com o Exército, que estabeleceu uma base em Xambioá (PA). As Forças Armadas, que utilizaram de 3.200 a 10.000 militares, fizeram três campanhas, de 1972 a 1975. Foram pouco mais de setenta os guerrilheiros mortos; somente cinco escaparam vivos. Os corpos dos militantes, ao menos até 2006, permaneciam desaparecidos e os arquivos a respeito ainda não tinham sido abertos. A primeira referência que sabemos deste fato em letras da MPB ocorreu somente em 1979, na letra de *Araguaia*, de Ednardo. Foi gravada no LP *Ednardo* (CBS, p1979, lado B, faixa 04).

ARAGUAIA (Ednardo)

Quando eu me banho no meu Araguaia/ E bebo da sua água sangue fria/
Bichos caçados na noite e no dia/ Bebem e se banham eles são comigo/
(bis)

Triste guerrilha companheiro morto/ Suor e sangue, brilho do corpo/
Medo só/ Mas se o corpo desse pó é pó/ Um círio da luz dessa dor/
Violento amor há de voar.

Foi nesta época que proliferaram os cursinhos preparatórios aos vestibulares, especializados em dar *dicas* aos candidatos; vão impor novos modismos na maneira de dar aulas, se beneficiar da queda de qualidade do ensino público e, muitos deles, vão dar as mãos ao regime. A escola de segundo grau passou a ser avaliada pela sua capacidade de *colocar alunos na faculdade*; e como nos vestibulares as questões de Geografia eram predominantemente dependentes de memorização e *despolitizadas*, o reflexo negativo será muito grande.

A passagem de uma estrutura social rural para uma predominantemente urbana — e, na região centro-sul, urbana-industrial — provocou modificações sociais significativas. A urbanização brasileira foi, no período, um processo de aglomeração metropolitana, acompanhada de uma terciarização da economia, de uma agudização dos contrastes sociais e inter-regionais, dentro de um quadro de subdesenvolvimento industrializado.

Grande parte dos migrantes era de origem nordestina, gente que deixou o campo, principalmente pelo domínio da grande propriedade, e se dirigiu às cidades, notadamente às do Centro Sul. Muitos, depois, voltaram a sua terra natal em razão dos problemas que tiveram. Sobre isso, em 1973, Sérgio Ricardo gravou *Sina de Lampião*.

SINA DE LAMPIÃO (Sérgio Ricardo)

Oi diz lá o que que ele tem na mão/ Se mulher, papa-amarelo/ Ou a sina de Lampião.

Da minha roça nem sequer sobrou semente/ Foi-se embora toda gente/
Uns na terra outros à pé/ Dos que se foram uns ganharam a cidade/
Outros estão na saudade/ Enraizada pelo chão.

Oi diz lá o que que ele tem na mão/ Se mulher, papa-amarelo/ Ou a sina de Lampião.

Dos da cidade poucos foram se salvando/ Muitos se desintegrando/ Em venérea e poluição/ Deram-se os salvos, uns pra escola, afortunados/
outros tanto são soldados/ A serviço da nação.

Oi diz lá o que que ele tem na mão/ Se mulher, papa-amarelo/ Ou a sina de Lampião.

Dos beabados uns chegaram à faculdade/ Outros a dificuldade/ Fez
rendê-los ao patrão/ Quatro doutores, dois deles se aburguesaram/ Outros
dois se retomaram/ Na vereda dos irmãos.

Oi diz lá o que que ele tem na mão/ Se mulher, papa-amarelo/ Ou a sina de Lampião.

Dos retomados, um cantador se dizendo/ O outro silenciando/ O seu
sumiço pelo chão/ Do que sumiu, muitas histórias são contadas/ Mas
meu canto na viola/ Dá melhor explicação.

Oi diz lá o que que ele tem na mão/ Se mulher, papa-amarelo/ Ou a sina de Lampião.
Digo em meu canto que levou nova semente/ Deu raiz em muita gente/ Uns na terra, outros a pé/ Voltou pra roça, paz de planta na bagagem/ E quando lembra da viagem, aperta o que tem na mão.
Oi diz lá o que que ele tem na mão/ Se mulher, papa-amarelo/ Ou a sina de Lampião.

O modelo de escola e a política educacional não conseguiram promover uma expansão do ensino profissional nos níveis necessários, gerando uma defasagem entre a necessidade e a oferta de ensino profissional adequado aos setores mais modernos. Na verdade, houve um aumento de vagas, mas se conseguiu mais vagas e piores escolas, ocorrendo uma democratização do acesso à escola e não, necessariamente, ao conhecimento.

A promessa de qualificação, além de uma exigência de setores empresariais, constituiria também uma motivação para a procura da escola; dela se sairia apto para o mercado de trabalho, que apresentava novas características e novas exigências. A retomada do crescimento econômico no período do *Milagre* apressou a necessidade de uma reformulação do ensino anterior à universidade. Era necessário alongar a escolaridade do trabalhador, mas por meio de um ensino que não o subsidiasse para possuir consciência de classe ou criatividade e, sim, o instrumentalizasse para melhor manipulação do aparato técnico.

Para quem possuía uma visão democrática, para aqueles para os quais a liberdade era essencial, o período era mesmo um pesadelo. A perseverança foi que fez alguns lutarem e o poder tinha um medo danado desta gente, o que provava a repressão, a tortura, a censura, o sumiço de pessoas. De algum modo, é isto o que demonstrava a letra a seguir, gravada pelo conjunto MPB4 em 1972, em pleno *Milagre*.

PESADELO (Maurício Tapajós/ Paulo César Pinheiro)

Quando um muro separa, uma ponte une./ Se a vingança encara, o remorso pune./ Você vem, me agarra, alguém vem, me solta./ Você vai na marra e um dia volta./ E se a força é tua, ela um dia é nossa./ Olha o muro, olha a ponte, olha o dia de ontem chegando .../ Que medo você tem de nós, olha aí ...

Você corta um verso, eu escrevo outro./ Você me prende vivo, eu escapo morto/ De repente, olha eu, de novo./ Derrubando a paz, exigindo o troco./ Vamos por aí, eu e meu cachorro./ Olha o verso, olha o outro./ Olha o velho, olha o moço chegando .../ Que medo você tem de nós, olha aí ...

O muro caiu, olha a ponte./ Da liberdade guardiã .../ O braço do Cristo horizonte./ Abraça o dia de amanhã .. / Olha aí .../ Olha aí .../ Olha aí ...

Após o AI-5 (13/12/68), as novas condições estabelecidas permitiram a implantação das medidas propostas em 1968 pelo relatório do Grupo do Trabalho sobre a Reforma Universitária (GTRU). O relatório continha propostas com vistas à racionalização da universidade, ao melhor aproveitamento das condições existentes e à adequação ao modelo político-econômico³. Desejava implantar uma estrutura *moderna*, com a finalidade de fornecer mão-de-obra técnica mais especializada que aplicasse os conhecimentos tecnológicos, de possibilitar que o Estado gastasse menos com o ensino superior e de evitar a formação de estudantes e professores questionadores do sistema político. Daí as propostas da criação de fundações — onde representantes de indústrias participariam da administração —, de adequar os currículos às necessidades do capital industrial e de instituir o ensino superior público pago. De uma maneira geral, as medidas que foram tomadas estavam presentes nos princípios expostos por Rudolph Atcon; também em alguns acordos MEC-USAID.

Com a lei 5.540 (28/11/68 - Reforma Tarso Dutra), o decreto lei nº. 464 (11/02/69 — que reafirmava a lei 5.540/68 e estabelecia

³ Sobre as diversas propostas do GTRU, ver Romanelli (1991).

normas complementares), o decreto lei nº. 477 (27/02/69 — o AI-5 específico dos professores e alunos) e o decreto nº. 68.908 (13/07/71, sobre os exames vestibulares), implantou-se a Reforma Universitária, com mudança na organização e administração, conduzindo a uma centralização, interna e externa, da coordenação de todos os setores, destruindo a *autonomia universitária*. Ao mesmo tempo, o MEC facilitava a abertura de novas faculdades e de novos cursos em instituições privadas, sem infra-estrutura e com professores horistas.

Com a lei 5.692/71 (aprovada em duas horas e meia, sem discussão e após quatro discursos), o currículo foi reorganizado, com um núcleo comum obrigatório e uma parte diversificada, arroladas pelos Conselhos Estaduais de Educação, para atender as peculiaridades locais. Uma parte do currículo era de educação geral — exclusiva nas séries iniciais e predominante nas séries finais do primeiro grau — e outra de formação especial, predominante no segundo grau, para "*sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho*". A lei propunha que a instrução se desenvolvesse, predominantemente, sob a forma de **atividades** (*experiências vividas*) nas séries iniciais do primeiro grau, como **áreas de estudo** (*integração de conteúdos afins*) nas séries finais do primeiro grau e como **disciplinas** (*conhecimentos sistemáticos*) no segundo grau.

Disciplinas foram criadas com o objetivo de estimular o civismo oficial e de propagandear o regime: Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e, no ensino superior e nos cursos de pós-graduação, Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). Os licenciados em Estudos Sociais, Geografia e História obtinham o registro no MEC das disciplinas EMC e OSPB. Para a docência de Educação Moral e Cívica, era necessário exibir um Atestado de Bons Antecedentes, fornecido pela delegacia de polícia, "*apresentar capacidades morais averiguadas segundo as prescrições e comprometer-se, por escrito, a ter por obrigação transmitir a matéria segundo as instruções dadas*" (BERGER, 1976, p. 292). Esta disciplina disciplinadora foi o melhor exemplo de como se pode camuflar as

metas reais através de princípios filosóficos, políticos e morais gerais; ela ajuda a compreender por que a escolaridade formal levou à massificação, à apatia quanto ao saber e à ausência de um civismo mais profundo.

A implantação da área de Estudos Sociais no segundo ciclo do primeiro grau e a cassação ou aposentadoria compulsória de intelectuais da área das ciências humanas, tiveram como conseqüências a quase extinção de muitos cursos de licenciatura de Geografia, o retrocesso político-cultural-social do conteúdo desta disciplina e a diminuição de sua importância no processo educativo. A criação da licenciatura curta de Estudos Sociais teve como justificativa suprir a falta de professores nas regiões mais carentes. Em um ano e meio (ou dois), seriam formados professores polivalentes, capazes de trabalhar com os conteúdos de Geografia, História e OSPB no primeiro grau. Na década de 70, entre as licenciaturas curtas implantadas, a de Estudos Sociais foi a de maior resultado numérico e financeiro; e isto não foi obtido nas regiões carentes do país, e sim nas grandes cidades do centro-sul, possuidoras dos maiores padrões de ensino e sem a carência de professores.

O que se queria, através da descaracterização de Geografia, História, Filosofia e Sociologia — disciplinas com método e objeto próprios e que foram aglomeradas em Estudos Sociais — era estabelecer uma finalidade essencialmente doutrinária. Desejava-se uma disciplina para disciplinar, para garantir a harmonia social, para formar homens e mulheres dóceis e conformistas através da inculcação dos valores da fração hegemônica, tarefa realizada através do exílio da reflexão crítica, da dúvida, da contraposição. OSPB (felizmente) não cumpriu os objetivos explícitos, mas (infelizmente) fragmentou ainda mais o conteúdo de Geografia e colaborou para a diminuição de sua carga horária nas escolas.

Enquanto isso acontecia, nada era dito ou discutido nas salas de aula sobre o que ocorria realmente no país. Como, por exemplo, o caso de Stuart Edgart Angel Jones, nascido na Bahia, filho de Zuleika Angel Jones, conhecida como Zuzu Angel, figurinista que morreu em 1976 em circunstâncias ainda não esclarecidas

enquanto investigava o desaparecimento do filho. Stuart Angel era um estudante universitário de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de dupla nacionalidade (brasileira e estadunidense), militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), extinta guerrilha esquerdista brasileira, "desaparecido" durante a ditadura militar em 1971, aos 26 anos de idade. Era casado com Sônia Maria Morais Angel Jones, também estudante de Economia na UFRJ, e morta pela repressão. Ele foi preso no Grajaú, no Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1971, por agentes do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), para onde foi levado, torturado e assassinado, certamente na Base Aérea do Galeão. *“Ao cair da noite, após inúmeras sessões de tortura, já com o corpo esfolado, foi amarrado à traseira de um jipe da Aeronáutica e arrastado pelo pátio com a boca colada ao cano de descarga do veículo, o que ocasionou sua morte por asfixia e intoxicação por monóxido de carbono”* (<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/>, 2006).

As sessões de tortura teriam sido presenciadas pelo preso político Alex Polari de Alverga que, através de uma carta, informou a mãe das circunstâncias da morte. Baseada nesta carta e em outras evidências, Zuzu denunciou o assassinato ao senador Edward Kennedy, que levou o caso ao Congresso dos Estados Unidos. Também entregou ao Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger (quando este esteve no Brasil, em 1976), uma carta pessoal, a tradução da carta de Alex e um exemplar da série História da República Brasileira, de Hélio Silva, onde o autor relatava a morte do estudante. Isto em razão do próprio relato da mãe sobre sua peregrinação junto a autoridades militares para ter alguma notícia sobre seu filho e os desmentidos de que ele estivesse preso feitos pessoalmente pelo general Sílvio Frota (comandante do I Exército).

Segundo o historiador Hélio Silva (Ibidem), o afastamento da 3ª Zona Aérea e posterior reforma do brigadeiro João Paulo Penido Burnier – o mesmo do caso PARASAR – , principal responsável pelo crime, e a própria destituição do Ministro da

Aeronáutica (Márcio Souza e Melo), estiveram relacionados com os protestos estadunidenses pela morte de Stuart Angel.

A morte de Zuzu Angel em acidente automobilístico, em 13/04/76, é ainda considerada suspeita, uma vez que ela tinha sofrido ameaças em virtude de suas investigações sobre a morte do filho. No ano seguinte de sua morte, em 1977, Chico Buarque gravou a música *Angélica*, sua e de Miltoninho, em uma bela homenagem a esta mulher.

ANGÉLICA (Miltoninho/Chico Buarque)

Quem é essa mulher/ Que canta sempre esse estribilho/ Só queria embalar
meu filho/ Que mora na escuridão do mar
Quem é essa mulher/ Que canta sempre esse lamento/ Só queria lembrar o
tormento/ Que fez o meu filho suspirar
Quem é essa mulher/ Que canta sempre o mesmo arranjo/ Só queria
agasalhar meu anjo/ E deixar seu corpo descansar
Quem é essa mulher/ Que canta como dobra um sino/ Queria cantar por
meu menino/ Que ele já não pode mais cantar.

As características do período ficaram evidentes no trabalho de geógrafos, marcadamente empiristas, apesar do acirramento das contradições sociais provocado pelo tipo de modernização empreendida. Moraes, talvez de modo por demais generalizante, escreveu:

Nunca a produção brasileira dessa disciplina trabalhou num nível tão baixo de abstração e teorização. O levantamento empírico sedimenta-se aí como destino do geógrafo, num quadro onde o comando teórico da ação do Estado está nos departamentos de Economia, e a crítica alocada notadamente nos de Sociologia [...]. Assim, apesar do relativo crescimento, a produção geográfica se alheia do debate político, logo, da prática social (MORAES, 1988, p. 136).

Grande parte dos geógrafos se isolou dos movimentos renovadores do conhecimento científico internacional, e pouco se preocupou com a possibilidade de utilização política e social desta

área. Em muitos estudos, realmente, o país foi pensado através de suas características naturais, e naquilo que rotulavam de espaço, as pessoas apareciam basicamente como atributos. Nos grandes planos, o sujeito da ação era o Estado, o espaço físico era o objeto e o objetivo era o engrandecimento da nação, mas nação não significava necessariamente o concreto viver dos brasileiros.

A censura do regime castrense escondeu o Brasil real e os noticiários dos meios de comunicação se transformaram em *ventriloquos oficiais*. Antes de o *milagre* acabar, Raul Seixas já reclamava em 1973, com a política e inconformada música *Ouro de Tolo*, gravada no mesmo ano pela Phonogram; lançada em compacto, depois de dezoito vezes censurada. Esta letra, além de seu protesto, possibilita falar aos alunos sobre as diversas mudanças de nossa moeda (cruzeiro, cruzeiro novo, cruzeiro novamente, cruzado, novo cruzado, real, ...) e na alteração provocada pela obsolescência planejada, principalmente dos carros (Corcel), quando não ocorriam alterações mecânicas e sim somente no aspecto externo.

OURO DE TOLO (Raul Seixas)

Eu devia estar contente/ Porque tenho um emprego/ Sou o dito cidadão respeitável/ E ganho quatro mil cruzeiros por mês/ Eu devia agradecer ao Senhor/ Por ter tido sucesso na vida como artista/ Eu devia estar feliz porque/ Consegui comprar um Corcel 73.

Eu devia estar alegre e satisfeito/ Por morar em Ipanema depois de Ter passado fome por dois anos/ Aqui na “Cidade Maravilhosa” / Eu devia estar sorrindo e orgulhoso/ Por ter finalmente vencido na vida/ Mas eu acho isso uma grande piada/ E um tanto quanto perigosa.

Eu devia estar contente/ Por ter conseguido tudo que eu quis/ Mas confesso abestalhado/ Que eu estou decepcionado/ Porque foi tão fácil conseguir/ E agora eu me pergunto – E daí?/ Eu tenho uma porção de coisas grandes para conquistar/ E eu não posso ficar aí parado.

Eu devia estar feliz/ Pelo Senhor ter me concedido/ Um domingo pra ir com a família/ No Jardim Zoológico/ Dar pipoca aos macacos/ Ah!, mas que sujeito chato sou eu/ Que não acha nada engraçado/ Macaco, praia, carro, jornal, tobogã/ Eu acho tudo isso um saco.

É você olhar no espelho/ Se sentir um grandíssimo idiota/ Saber que é humano, ridículo, limitado/ Que só usa dez por cento de sua cabeça animal/ E você ainda acredita que é um doutor, padre ou policial/ Que está contribuindo com sua parte/ Para o nosso belo quadro social.
Eu é que não me sento no trono de um apartamento/ Com a boca escancarada/ Cheia de dentes/ esperando a morte chegar
Porque longe das cercas embandeiradas/ Que separam quintais/ No cume calmo do meu olho que vê/ Assenta a sombra sonora/ De um disco voador.

Passava-se a desconfiar do futuro, prometido na euforia das taxas de crescimento econômico e do tri-campeonato conquistado em 1970 no México, amplamente utilizado pelo regime militar. "*Ninguém segura este país*", nem no futebol. Esta arte popular será utilizada para superar nosso complexo de inferioridade. Um regime que excluía o povo, se apropriava de uma arte do mesmo; passou também a comandar os esportes. Os jogadores precisavam de disciplina tática para comandar a batalha; soldado que não obedecia, discutia ordens e era criativo, deveria ser excluído do pelotão. Aqui também eram necessários segurança e desenvolvimento: respeito à disciplina imposta e adoção de métodos modernos "*como os da Europa*". Como em 1974 não se repetiu nos campos o feito de 1970, o almirante Heleno Nunes, presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) colocou um militar, o capitão Cláudio Coutinho, para comandar a *seleção canarinho*. No país que era o destaque do futebol mundial ainda se dizia: *os europeus são melhores*. Sem perceber que a organização destes em campo, sua ginástica de quartel, era uma maneira de superar a falta de criatividade e não de dar condições para que ela tivesse seu espaço.

Ao mesmo tempo em que afirmava "integrar para não entregar" e instalava base de pesquisa na Antártida, agindo como potência emergente, o Estado brasileiro "*foi convocado a intervir na política de países vizinhos a fim de evitar que governos populares e socialistas ocupassem o poder*" (ANDRADE, 1989, p. 49), atuando como intermediário da potência real. O sonho

geopolítico – assim como a ideologia da segurança nacional –, vinha sendo gestado na Escola Superior de Guerra (ESG), que já utilizava, para ver o Brasil no mundo, um mapa-múndi cuja projeção era a azimutal eqüidistante. Outra mostra da importância política dos mapas foi o fato de, durante o regime militar, algumas cartas topográficas do IBGE na escala 1: 50.000, como a de São José dos Campos e Santos, serem segredo militar. A ESG via uma vocação do país para potência sul-americana, controladora do Atlântico Sul mas que tinha na Argentina um centro regional de poder e de resistência às nossas ambições.

As informações, assim como a própria ciência, sofriam com a censura. A televisão, com a seleção das imagens, criava a versão desejada sobre a realidade. Nos jornais, a seleção começava na elaboração da pauta, no que devia ser perguntado e escrito sobre o assunto e na apresentação de uma só versão: a das fontes oficiais. Isso sem contar com a "*autocensura, seqüela quase inevitável da censura direta*" (ROSSI, 1994, p. 48), com o jornalista dando preferência à declaração e não à informação. Apesar disso, ocorreram algumas resistências por parte da grande imprensa, com destaque para a prática do jornal *O Estado de São Paulo*, que no lugar da matéria censurada colocava trechos dos *Lusíadas*, de Luís de Camões (c. 1524-1580) e o *Jornal da Tarde*, que colocava receitas no lugar das matérias censuradas.

Em 1972, Luiz Gonzaga Jr., o Gonzaguinha, que no início tinha preocupações basicamente políticas em suas letras, fez *Comportamento Geral*, na qual criticava as atitudes comuns de parcela significativa da população brasileira como a subordinação, a aceitação passiva, em um deboche triste ao dizer *Você merece, você merece*.

COMPORTAMENTO GERAL (Luiz Gonzaga Jr.)

Você deve notar que não tem mais tutu/ E dizer que não está preocupado/
Você deve lutar pela xepa da feira/ E dizer que está recompensado/ Você
deve estampar sempre um ar de alegria/ E dizer: tudo tem melhorado/
Você deve rezar pelo bem do patrão/ E esquecer que está desempregado

Você merece, você merece/ Tudo vai bem, tudo legal/ Cerveja, samba, e amanhã, seu Zé/ Se acabar em teu Carnaval? (Bis)
Você deve aprender a baixar a cabeça/ E dizer sempre: "Muito obrigado"/ São palavras que ainda te deixam dizer/ Por ser homem bem disciplinado/ Deve pois só fazer pelo bem da Nação/ Tudo aquilo que for ordenado/ Pra ganhar um Fuscão no juízo final/ E diploma de bem comportado
Você merece, você merece/ Tudo vai bem, tudo legal/ Cerveja, samba, e amanhã, seu Zé/ Se acabar em teu Carnaval? (Bis)
Você merece, você merece/ Tudo vai bem, tudo legal/ E um Fuscão no juízo fina/ Você merece, você merece/ E diploma de bem comportado/ Você merece, você merece/ Esqueça que está desempregado/ Você merece, você merece/ Tudo vai bem, tudo legal.

As crises do futebol pós-70, assim como da música popular brasileira, da literatura, do teatro, do movimento sindical, da universidade e de outras áreas, não podem ser desvinculadas do momento vivido pelo país. Em um modelo político-econômico que já não dependia tanto de uma *política de massas*, a rebeldia devia ser punida e ser moderno era estar em dia com os modismos externos. Isto também ocorreu nos ambientes universitários. Havia o autor da moda e o desprezo ao *ultrapassado*. Em muitos campos — a Geografia foi um deles — não se conseguiu fazer o que o povo realizou com o futebol: sobre um conhecimento importado criar algo novo, com a nossa cara, útil para a transformação, do aqui subvivido, em uma sociedade menos injusta, mais humana. A legitimidade da ciência também vem de seu casamento com a vida.

Em 1975, Chico Buarque fez para o amigo Ruy Guerra a letra de *Tanto Mar*. Foi censurada no país, ocorrendo somente uma gravação da mesma em Portugal. No show Chico e Bethânia, no mesmo ano, a música somente foi gravada de modo instrumental (ver LP *Chico Buarque & Maria Bethânia Ao Vivo*, Philips, p1975, lado A, faixa 10). Somente em 1978 que foi feita uma nova letra e esta foi gravada.

TANTO MAR (Chico Buarque) 1ª versão - 1975

Sei que estás em festa, pá/ Fico contente/ E enquanto estou ausente/
Guarda um cravo para mim
Eu queria estar em festa, pá/ Com a tua gente/ E colher pessoalmente/
Uma flor do teu jardim
Sei que há léguas a nos separa/ Tanto mar, tanto mar/ Sei também quanto
é preciso, pá/ Navegar, navegar
Lá faz primavera, pá/ Cá estou doente/ Manda urgentemente/ Algum
cheirinho de alecrim

TANTO MAR (Chico Buarque) 2ª versão - 1978

Foi bonita a festa, pá/ Fiquei contente/ E inda guardo, renitente/ Um velho
cravo para mim.
Já murcharam tua festa, pá/ Mas certamente/ Esqueceram uma semente/
Nalgum canto do jardim
Sei que há léguas a nos separar/ Tanto mar, tanto mar/ Sei também quanto
é preciso, pá/ Navegar, navegar
Canta a primavera, pá/ Cá estou carente/ Manda novamente/ Algum
cheirinho de alecrim

Em 1977, Gilberto Gil fez uma versão para a música *No woman, no cry*, de B. Vincent. A música representava um pouco o cotidiano de comunidades alternativas da Jamaica, dos rastafáris, que sofriam perseguição policial em razão de consumo de algum alucinógeno. Transportou o ambiente para o Rio de Janeiro, em um lamento pela perda de amigos, pela repressão. A existência do trecho “*amigos presos, amigos sumindo assim, para nunca mais*” acabou sendo uma das primeiras referências explícitas ao fato, embora a letra fale em esquecer o que estava terminando e pensar no futuro. Uma visão equivocada, pois o futuro depende de acertar com o passado e não de esquecê-lo.

NÃO CHORE MAIS (B. Vincent; versão: Gilberto Gil)

Bem que eu me lembro/ Da gente sentado ali/ Na grama do aterro, sob o Sol/ Ob-observando hipócritas/ Disfarçados, rodando ao redor.
Amigos presos/ Amigos sumindo assim/ Pra nunca mais/ Tais recordações/ Retratos do mal em si/ Melhor é deixar pra trás
Não, não chore mais/ Não, não chore mais.
Bem que eu me lembro/ Da gente sentado ali/ Na grama do aterro, sob o céu/ Ob-observando estrelas/ Junto à fogueirinha de papel
Quentar o frio/ Requentar o pão/ E comer com você/ Os pés, de manhã, pisar o chão/ Eu sei a barra de viver.
Mas se Deus quiser/ Tudo, tudo, tudo vai dar pé/ Tudo, tudo, tudo vai dar pé/ Tudo, tudo, tudo vai dar pé/ Tudo, tudo, tudo vai dar pé.
Não, não chore mais/ Não, não chore mais.

Em 1978, saiu um disco do sambista carioca Paulinho Soares, cuja música de maior sucesso foi *O patrão mandou*; pelo jeito, não modificada pela censura ainda existente. Interessante porque criticou a simples imitação do modelo estadunidense (e chama os EUA de patrão), o consumo de uísque com pratos nacionais, as mudanças nas paradas musicais dado o predomínio de canções estrangeiras etc. Fez referências ao fato de Pelé ter ido jogar no Cosmos e na possibilidade de outros ídolos do futebol seguirem o mesmo caminho: irem para o exterior.

O PATRÃO MANDOU (Paulinho Soares)

O patrão mandou cantar com a língua enrolada/ Everybody, macacada, everybody macacada/ E também mandou servir uísque na feijoada/ Do you like it, macacada, do you like it, macacada/ E ainda mandou tirar nosso samba da parada/ Very good, macacada, very good, macacada.
(Refrão)
Não sei o que é/ Que o patrão tem debaixo da cartola/ Que a gente não se solta/ Tá grudado feito cola/ No fim das contas/ O patrão manda e desmanda/ Ainda faz do rei Pelé/ Mais um garoto propaganda.

O patrão é fogo/ Ele é quem dá as cartas, banca o jogo/ Tá metendo sempre o bico/ No fubá qual tico-tico/ No troca-troca/ O patrão que é mais rico/ Já levou o Rivelino/ E vem depois buscar o Zico.

No final de 1978, ainda no governo Geisel, foi revogado o AI-5. O relaxamento da censura possibilitou a divulgação de livros, nacionais e estrangeiros, antes proibidos. O debate político retomou seu espaço nas reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Ressurgiram movimentos de massa, como o *Movimento do Custo de Vida*, de grande destaque em 1978, iniciativa ocorrida na Grande São Paulo de *clubes de mães* e das *comunidades eclesiais de base* (CEBs), ligadas à Igreja Católica. Em 1979, foi recriada a União Nacional dos Estudantes (UNE). Neste mesmo ano, Elis Regina (1945-1982) cantava o hino da mobilização pela “*anistia ampla, geral e irrestrita*”; foi a música de João Bosco e Aldir Blanc intitulada *O bêbado e a equilibrista*.

O BÊBADO E A EQUILIBRISTA (João Bosco/Aldir Blanc)

Caía a tarde feito um viaduto/ E um bêbado trajando luto/ Me lembrou Carlitos/ A lua tal qual a dona do bordel/ Pedia a cada estrela fria um brilho de aluguel/

E nuvens lá no mata-borrão do céu/ Chupavam manchas torturadas, que sufoco louco/ O bêbado com chapéu coco fazia irreverências mil / Prá noite do Brasil, meu Brasil

Que sonha com a volta do irmão do Henfil/ Com tanta gente que partiu/ Num rabo de foguete Chora a nossa pátria mãe gentil/ Choram marias e clarisses no solo do Brasil/

Mas sei que uma dor assim pungente/ Não há de ser inutilmente/ A esperança/ Dança na corda bamba de sombrinha / E em cada passo dessa linha pode se machucar / Azar, a esperança equilibrista / Sabe que o show de todo artista/ tem que continuar.

O irmão do Henfil é o sociólogo Herbert de Souza (1935-1997), o Betinho, bastante conhecido na década de 90 em razão de uma campanha cívica contra a fome e a miséria chamada *Ação da*

Cidadania contra a Miséria e Pela Vida. Henfil (Henrique de Souza Filho – 1944-1988) foi um dos cartunistas mais atuantes na resistência ao regime militar. Ganhou projeção nacional a partir de 1969 como colaborador de *O Pasquim*, criando personagens (como Zeferino, Bode Orelana, Graúna, Fradinhos) que satirizavam e criticavam o regime militar. Hemofílico, contraiu o vírus da AIDS em transfusão de sangue e faleceu em 1988. A referência a Marias e Clarisses era uma homenagem às mães e esposas de mortos e desaparecidos em razão do regime militar; Maria também era uma referência à esposa do operário Fiel Filho, assim como Clarisse se referia à viúva do jornalista Wladimir Herzog; ambos morreram em 1975, em São Paulo, vítimas de torturas.

Em agosto de 1979 foi aprovada a Lei da Anistia, que eximia juridicamente os acusados de “*crimes políticos e conexos*”, termo que contemplou milhares de criminosos, torturadores e assassinos por abuso do poder. Em comemoração à Lei da Anistia, Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro fizeram *Tô Voltando*, importante por refletir o clima do período.

TÔ VOLTANDO (Maurício Tapajós/Paulo César Pinheiro)

Pode ir armando o coreto e preparando aquele feijão preto/ Eu tô voltando/ Põe meia dúzia de Brahma pra gelar, muda a roupa de cama/ Eu tô voltando/ Leva o chinelo pra sala de jantar.../ Que é lá mesmo que a mala eu vou largar/ Quero te abraçar, pode se perfumar/ Porque eu tô voltando/ Dá uma geral, faz um bom defumador, enche a casa de flor/ Que eu tô voltando/ Pega uma praia, aproveita, tá calor, vai pegando uma cor/ Que eu tô voltando/ Faz um cabelo bonito pra eu notar que eu só quero mesmo é despentear/ Quero te agarrar... pode se preparar/ Porque eu tô voltando/ Põe pra tocar na vitrola aquele som, estréia uma camisola/ Eu tô voltando/ Dá folga pra empregada, manda a criançada pra casa da avó/ Que eu tô voltando/ Diz que eu só volto amanhã se alguém chamar/ Telefone não deixa nem tocar.../ Quero lá.. lá.. lá.. ia.....porque eu tô voltando!

Na segunda metade dos anos 70 ocorreram o fim do chamado *Milagre Brasileiro*, a revogação do AI-5, as greves do ABC e a aprovação do projeto do governo sobre a anistia. O Brasil havia adotado um modelo que propunha a criação das melhores condições possíveis para o investimento, sobretudo do capital estrangeiro, não tendo como objetivo a melhoria imediata das condições de vida da maioria da população. Enfatizou o aumento da produção, voltada à exportação e à ampliação da concentração de renda. Um modelo estruturalmente dependente que acabou sofrendo os efeitos da crise iniciada no final de 1973, chamada de *crise do petróleo*. O país começou a década de 80 com uma grave recessão econômica, que reforçava a concentração de renda e provocava maior instabilidade social. O Brasil pós-milagre se descobriu com um elevadíssimo desnível social e regional e com a propriedade da terra mais concentrada. A população, que sofria o agravamento da situação de pobreza e deterioração dos serviços públicos, passou a sofrer também com o aumento da inflação.

Ainda em plena ditadura, ocorreram algumas greves, sendo as mais famosas as de 1978 e 1979 ocorridas no setor metalúrgico do ABC paulista — na época, a principal região industrial do país —, que resultaram em intervenção nos sindicatos pelo Ministério do Trabalho e em prisões de líderes sindicais. Muitos trabalhadores redescobriram seus direitos e a importância do sindicato.

A letra a seguir foi feita, em 1980, para ser cantada em assembleias dos metalúrgicos da região paulista do ABC. Somente existiam gravações ao vivo feitas em uma destas assembleias, que normalmente eram realizadas em um campo de futebol. Continua bonita e permite ainda analisar alguns aspectos da Segunda Revolução Industrial.

LINHA DE MONTAGEM (Novelli / Chico Buarque)

Linha linha de montagem/ A cor a coragem/ Cora coração/ Abecê
abecedário/ Ópera operário/ Pé no pé no chão
Eu não sei bem o que seja/ Mas sei que seja o que será/ O que será que
será que se veja/ Vai passar por lá
Pensa pensa pensamento/ Tem sustém sustento/ Fé café com pão/ Com
pão com pão companheiro/ Pára paradeiro/ Mão irmão irmão
Na mão, o ferro e a ferragem/ O elo, a montagem do motor/ E agente
dessa engrenagente/ Dessa engrenagente/ / Dessa engrenagente// Dessa
engrenagente sai maior
As cabeças levantadas/ Máquinas paradas/ Dia de pescar/ Pois quem toca
o trem pra frente/ Também de repente/ Pode o trem parar
Eu não sei bem o que seja/ Mas sei que seja o que será/ O que será que
será que se veja/ Vai passar por lá
Gente que conhece a prensa/ A brasa da fonalha/ O guincho do esmeril/
Gente que carrega a tralha/ Ai, essa tralha imensa/ Chamada Brasil
Samba samba são Bernardo/ Sanca são Caetano/ Santa santo André/ Dia-
a-dia diadema/ Quando for, me chame/ Pra tomar um mé

Em agosto de 1979, com a aprovação do projeto de anistia — era a 48^a de nossa história —, muitos brasileiros exilados começaram retornar *à nossa pátria, mãe gentil*. Em novembro do mesmo ano, o projeto do governo restabelecendo o pluripartidarismo foi aprovado. Em 1983, fruto do desemprego e da queda do poder aquisitivo dos salários, ocorreram saques a supermercados, notadamente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro; e, neste período, o Fundo Monetário Internacional (FMI) já monitorava nossa economia. Em 1984, milhões de brasileiros saíram às ruas — em uma quantidade nunca vista, por uma causa política — exigindo eleições diretas para presidente. Chamado de *Diretas-Já*, tendo o amarelo como cor símbolo e o apoio da grande maioria da população, a emenda que restabelecia o sufrágio universal para presidente não obteve o número necessário de votos no Congresso Nacional. Foi neste *ambiente* que emergiu a corrente que se autodenominou *Geografia Crítica*.

A Geografia Nova ou Crítica ou Radical ou Dialética, afirmando possuir como base a dialética marxista — mas sem adotar integralmente o marxismo —, vai colocar como objeto da Geografia a sociedade e a transformação da mesma como seu objetivo. Não se constituiu em um movimento uniforme e, de modo geral, valorizou o conhecimento do processo histórico, o entendimento do momento presente, projetou um futuro, o que a levou à formulação de uma práxis, de propostas de atuação com vistas à transformação do espaço social.

A crise no país aumentava e parcela significativa da população começou a reclamar. Gonzaginha, em 1980, fez uma letra de música na qual ironizava a situação anterior, afirmando que confessava tudo, que o povo era o grande culpado, solicitava para ser preso pois assim poderia se alimentar. A referência a Dana de Teffê foi devido a seu assassinato, no Rio de Janeiro, nunca ter sido esclarecido.

A MARCHA DO POVO DOIDO (Gonzaga Jr.)

(Falado): *“Esta é a Marcha do Povo Doido seguindo o exemplo do samba do “Crioulo Doido” feito por Stanislaw Ponte Preta. Lá o crioulo ficou doido por ter que fazer o seu samba enredo com todos os personagens da História do Brasil. Aqui quem está doido é o povo, que parece ser o grande culpado pela crise de energia, pela carestia, pela polícia e pelo mistério de uma coisa chamada anistia que, se você não sabe, não permitiu ao anistiado ser reintegrado ao seu trabalho, a não ser que passasse de novo por um novo júri, uma nova censura, de modo a que não atrapalhasse uma coisa chamada abertura.”*

Confesso/ Matei a Dana de Teffê/ E muitos mais se você quiser/ Eu sou qualquer José Mané/ Dos Santos, da Silva, da Vida/ Confesso/ A culpa pela carestia/ E pela crise de energia/ Eu sou o dono da OPEP/ Ou Pepsi, ou Pop ou Coca/ Confesso/ (Nem precisa bater)/ E confessar me alivia/ Vem meu bem, me condena/ Com aquela anistia/ Me manda logo pra cadeia/ Garanta um pouco a minha poupança/ Pois, pelo menos estando em cana,/ A minha pança/ Vai ter um pouco de aveia/ Ou feijão com areia.

A preocupação de parcela de alguns geógrafos acadêmicos era colocar proposições que ajudassem a modificar a realidade, era procurar mudar o que a ditadura tinha legado a parcela significativa da população: o papel de inúteis. Ilustra bem isso a letra que fez um grande sucesso e que saiu em compacto simples em outubro de 1983, cantada pelo conjunto *Ultraje ao Rigor*.

INÚTIL (Roger Moreira)

A gente não sabemos escolher presidente/ A gente não sabemos tomar conta da gente/ A gente não sabemos nem escovar os dente/ Tem gringo pensando que nós é indigente

(Refrão) Inútil/ A gente somos inútil

A gente faz carro e não sabe guiar/ A gente faz trilho e não tem trem prá botar/ A gente faz filho e não consegue criar/ A gente pede grana e não consegue pagar/

(Refrão) Inútil/ A gente somos inútil

A gente faz música e não consegue gravar/ A gente escreve livro e não consegue publicar/ A gente escreve peça e não consegue encenar/ A gente joga bola e não consegue ganhar/

(Refrão) Inútil/ A gente somos inútil

Para que professores e alunos não se esqueçam dos perseguidos e desaparecidos do regime militar, estas letras de canções de Gonzaguinha podem ser úteis. A primeira é uma regravação de 1974 e as outras duas foram lançadas no LP *De volta ao começo*, de 1980; as três em uma faixa só (de nº. 09).

a) AMANHÃ OU DEPOIS (1974) (Gonzaga Jr)

Meu irmão amanhã ou depois/ A gente se encontra no velho lugar/ Lugar/ Se abraça e fala da vida que foi por aí/ Por aí/ E conta as estrelas nas pontas/ Dos dedos/ Pra ver quantas brilham/ E qual se apagou.

b) ACHADOS E PERDIDOS [1980] (Gonzaga Jr)

Quem me dirá onde está/ Aquele moço fulano de tal/ (filho marido irmão
namorado/ Que não voltou mais) / Insiste o anúncio nas folhas/ Dos
nossos jornais/ Achados perdidos morridos/ Saudades demais/ Mas eu
pergunto e a resposta/ É que ninguém sabe/ Ninguém nunca viu/ Só sei
que não sei/ Quão sumido ele foi/ Sei é que ele sumiu/ E quem souber
algo/ Acerca do seu paradeiro/ Beco das liberdades/ Estreita e esquecida/
Uma pequena marginal/ Dessa imensa Avenida Brasil.

**c) PEQUENA MEMÓRIA PARA UM POVO SEM MEMÓRIA (A
Legião dos Esquecidos) [1980] (Gonzaga Jr)**

Memória de um tempo onde lutar/ Por seu direito/ É um defeito que mata/
São tantas lutas inglórias/ São histórias que a História/ Qualquer dia
contará/ De obscuros personagens/ As passagens , as coragens/ São
sementes espalhadas nesse chão/ De Juvenais e de Raimundos/ Tantos
Júlios de Santana/ Dessa crença num enorme coração/ Dos humilhados e
ofendidos/ Explorados e oprimidos/ Que tentaram encontrar a solução
São cruzes sem nomes, sem corpos/ Sem datas/ Memória de um tempo
onde lutar/ Por seu direito/ É um defeito que mata/ (bis)
E tantos são os homens por debaixo/ Das manchetes/ São braços
esquecidos que fizeram os heróis/ São forças, são suores que levantam as
vedetes/ Do teatro de revistas/ Que é o país de todos nós/ São vozes que
negaram liberdade concedida/ Pois ela é bem mais sangue, Ela é bem/
Mais vida/ São vidas que alimentam nosso fogo da esperança/ O grito da
batalha – quem espera/ Nunca alcança/
Ê é quando o sol nascer/ É que eu quero ver/ Quem se lembrará/ Ê é
quando amanhecer/ É que eu quero ver quem recordará/ Ê é não quero
esquecer/ Essa legião que se entregou/ Por um novo dia/ Ê é quero é
cantar/ Essa mão tão calejada/ Que nos deu tanta alegria/ E vamos à luta.
(bis)

Referências bibliográficas

ANDRADE, M.C. de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989. (série princípios, 165).

BERGER, M. **Educação e dependência**. São Paulo: DIFEL, 1976 (c. corpo e alma do Brasil, 45)

BRASIL, Constituição (1969). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1973.

CAMPOS, R.R. de. **Breve Histórico da Educação Brasileira**. Campinas (SP): PUCCAMP, 1993. (cadernos do ICH, 2).

_____. **A geografia brasileira, dentro e fora da sala de aula: uma ciência em construção**. 1997. 432 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, PUC-Campinas, Campinas (SP).

GIL, G. **Todas as letras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 (organização: Carlos Rennó).

HOLLANDA, C.B. de. **Chico Buarque, letra e música**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 2 v.

LESSA, R. *Retrato proibido da fome*. **Revista Isto É**. São Paulo: Gazeta Mercantil S.A., ano 9, n. 458, 02/10/85, p. 30-34.

MORAES, A.C.R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

RODRIGUES, C.J.L. **A Universidade Federal da Paraíba: as pretensões e a realidade**. 1981. 352 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil: (1930/1973)**. 13ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1991.

CAMPOS, R.R. Ditadura Militar, geografia e MPB: uma proposta voltada ...

ROSSI, C. **O que é jornalismo**. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (c. Primeiros Passos, 15).

SANTOS, J.R. dos. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (c. tudo é história, 20)

SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3ª.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SILVA, T.T. da. **O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

WORMS, L.S.; COSTA, W.B. **Brasil século XX: ao pé da letra da canção popular**. Curitiba: Nova Didática, 2002.

<http://www.dci.ufscar.br/recortes/cparasar.htm>, acessado em 30/08/2006, às 16 horas.

<http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj48.htm>, acessado em 30/08/06, às 18h15min horas.

<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/>, acessado em 29/08/06, às 23h30min horas.

Referências a documentos sonoros (lps e cds)

ADELAIDE, Julinho da. Jorge Maravilha. Intérprete: Chico Buarque. In: _____. **A arte de Chico Buarque**. Rio de Janeiro: Fontana/Polygram, p1988, 2 discos sonoros, disco II, lado 2, faixa 05.

ADELAIDE, Julinho da. Milagre Brasileiro. Intérprete: Miúcha. In: _____. **Miúcha**. São Paulo: RCA Victor, p1980, 1 disco sonoro, lado A, faixa 06.

BOSCO, João; BLANC, Aldir. O bêbado e a equilibrista. Intérprete: Elis Regina. In: _____. **Elis Regina**. São Paulo: PolyGram, p1998, 1 CD, faixa 02, série Millennium (gravação de 1979).

BUARQUE, Chico. Bolsa de Amores. Intérprete: Mário Reis. In: _____. **Mário Reis – 2 em um**. Rio de Janeiro: EMI, p1993, 1 CD, faixa 24 (gravação de 1971).

BUARQUE, Chico. Deus lhe pague. Intérprete: Chico Buarque. In: _____. **Construção**. Rio de Janeiro: Philips, p1971, 1 disco sonoro, lado A, faixa 01.

BUARQUE, Chico; GUERRA, Ruy. Vence na vida quem diz sim. Intérprete: Nara Leão. In: _____. **Com açúcar, com afeto**. Rio de Janeiro: Philips, p1980, 1 disco sonoro, lado B, faixa 2.

BUARQUE, Chico. Tanto mar. Intérprete: Chico Buarque. In: _____. **Chico Buarque**. Rio de Janeiro: Philips/Polygram, p1978, 1 disco sonoro, lado 2, faixa 05.

BUARQUE, Chico. Apesar de você. Intérpretes: Chico Buarque e MPB4. In: _____. **Chico Buarque**. Rio de Janeiro: Philips, p1978, 1 disco sonoro, lado 2, faixa 06. (1ª gravação: p1970, 1 disco sonoro compacto simples, lado 1).

EDNARDO. Araguaia. Intérprete: Ednardo. In: _____. **MaXXimum**. s/l., Sony/BMG, [2.00?], 1 CD, faixa 09. (gravação de 1979 pela CBS – Epic, lado B, faixa 04).

GIL, Gilberto; CAPINAM. Miserere Nobis. Intérprete: Gilberto Gil. In: Diversos. **Tropicália ou Panis et Circensis**. Rio de Janeiro: Philips, p1968, 1 disco sonoro, lado A, faixa 01. (arranjo de Rogério Duprat).

GIL, Gilberto; BUARQUE, Chico. Cálice. Intérpretes: Chico Buarque, Milton Nascimento e MPB4. In: Chico Buarque. **Chico Buarque**. Rio de Janeiro: Philips, p1978, 1 disco sonoro, lado 1, faixa 02 (música de 1973).

GONZAGA JÚNIOR, Luiz. Comportamento Geral. Intérprete: Gonzaguinha. In: _____. São Bernardo do Campo (SP): Odeon, p1972, 1 disco sonoro (compacto simples), lado 2.

GONZAGA JÚNIOR, Luiz. Amanhã ou depois; Achados e perdidos; Pequena memória para um tempo sem memória. Intérpretes: Gonzaguinha, Marília Medalha e MPB4. In: Luiz Gonzaga Jr, **De volta ao começo**. Guarulhos (SP): EMI Music, p1980, 1 disco sonoro, lado B, faixa 03.

GOZAGA JÚNIOR, Luiz. A marcha do povo doido. Intérprete: Gonzaguinha. In: _____. **De volta ao começo**. Guarulhos (SP): EMI Music, p1980, 1 disco sonoro, lado A, faixa 03.

JOBIM, Tom; BUARQUE, Chico. Sabiá. Intérprete: MPB4. In: _____. **MPB4**. São Paulo: Universal, p1999, 1 CD, faixa 03 (gravação de 1968).

JOYCE; BRANT, Fernando. Capitão. Intérpretes: Joyce e Chico Buarque. In: Joyce. **The essential Joyce**. S.l.: EMI Music, p2003, 1 CD, faixa 16 (gravação original: 1989).

MILTINHO; BUARQUE, Chico. Angélica. Intérprete: Chico Buarque. In: _____. **Almanaque**. São Paulo: Ariola, p1981, 1 disco sonoro, lado B, faixa 03 (música de 1977).

MOREIRA, Roger. Inútil. Intérprete: Ultraje ao rigor. In: Diversos. **Rock**. S.l.: Warner/BMG, p1998, 1 CD, faixa 04 (CDteca FOLHA da Música Brasileira; gravação de 1985).

NOVELLI; BUARQUE, Chico. Linha de Montagem. Intérprete: Chico Buarque. In: _____. **A arte de Chico Buarque**. Rio de Janeiro: Fontana, p1983, 2 discos sonoros, disco II, lado 2, faixa 07 (Gravação de 1980).

RICARDO, Sérgio. Aleluia. Intérprete: Sérgio Ricardo. In: _____. São Paulo: Beverly, [1968], 1 disco sonoro compacto simples, lado A.

RICARDO, Sérgio. Calabouço. Intérprete: Sérgio Ricardo. In: _____. **Sérgio Ricardo**. São Paulo: Continental, p1973, 1 disco sonoro, face A, faixa 01.

RICARDO, Sérgio. Sina de Lampião. Intérprete: Sérgio Ricardo. In: _____. **Sérgio Ricardo**. São Paulo: Continental, p1973, 1 disco sonoro, face A, faixa 04.

SEIXAS, Raul. Ouro de tolo. Intérprete: Raul Seixas. In: _____. **KRIG-HÁ, BANDOLO**. São Paulo: Philips, p1973, 1 disco sonoro, lado B, faixa 05.

SOARES, Paulinho O patrão mandou. Intérprete: Paulinho Soares. In: _____. **Paulinho Soares**. São Paulo: Continental, p1978, 1 disco sonoro, lado A, faixa 01.

TAPAJÓS, Maurício; PINHEIRO, Paulo César. Pesadelo. Intérprete: MPB4. In: _____. **Cicatrizes**. Rio de Janeiro: Philips, p1972, 1 disco sonoro, lado 2, faixa 02.

TAPAJÓS, Maurício; PINHEIRO, Paulo César. Tô voltando. Intérprete: Simone. In: _____. **Pedaços**. Guarulhos (SP): EMI Odeon, p1979, 1 disco sonoro, lado B, faixa 03.

VANDRÉ, Geraldo. Para não dizer que não falei das flores (Caminhando). Intérprete: Geraldo Vandré. In: _____. São Paulo: Som Maior, p1968, 1 disco sonoro compacto simples, lado B.

Recebido em maio de 2007
Aceito em julho de 2007